



# *Câmara Municipal de Palmeira*

ESTADO DO PARANÁ

---

Ata da sessão ordinária do dia 12/06/2018. Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no horário regimental, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede a rua Cel. Vida, 211, Centro, realizou-se a 19ª (décima nona) sessão ordinária da 02ª (segunda) sessão legislativa da 17ª (décima sétima) legislatura, sob a presidência do Vereador Anselmo Heimbecher Osório, secretariada pelos Vereadores Marcos Ribas e Arildo Santos Zaleski, e presentes os Vereadores Denis Sanson, Domingos Everaldo Kuhn, Gilmar Costa, João Alberto Ferreira da Costa, João Savi e Rogério Czelusniak. Havendo número legal de Vereadores, o Sr. Presidente, em nome de Deus e pelo Povo, declarou aberta a sessão e determinou a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Procedeu-se em seguida à leitura do expediente. Do Prefeito Municipal, Sr. Edir Havrechaki, ofício nº 269/2018, encaminhando projeto de lei que “Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 187.216,87 e dá outras providências”, “Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 130.000,00 e dá outras providências”, e “Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 1.300.000,00 e dá outras providências”, os quais receberam os nºs 5047 a 5049, respectivamente. Do Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Relações Públicas, Sr. Waldir Santos Joanassi Filho, ofício nº 21/2018, solicitando que sejam doados ao Museu Histórico os mobiliários substituídos da Câmara Municipal. Do Secretário Municipal de Urbanismo, Sr. Fabiano Bishop Cassanta, ofício nº 136/2018, encaminhando documentação de engenharia referente a reforma do prédio da Câmara Municipal e do prédio anexo. Da Secretária Municipal de Educação, Sr. Carla Patrícia Marcondes de Albuquerque, ofício nº 79/2018, em resposta ao ofício nº 106/2018 desta Casa, confirmando a disponibilização de ônibus solicitado. Do Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, Vereador Marcos Ribas, e do Presidente da Comissão de Urbanismo e Obras Públicas, Vereador Arildo Santos Zaleski, requerimento protocolado sob nº 480/2018, requerendo prazo de 30 dias para melhores estudos ao projeto de lei nº 5000. Do Vereador Domingos Everaldo Kuhn, indicação nº 37/2018, indicando ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a realização de enquête para escolha do símbolo que irá marcar o bicentenário do Município de Palmeira. Do Vereador Rogério Czelusniak, indicação nº 38/2018, indicando à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a realização de pavimentação asfáltica e complementação da rede de iluminação pública na rua Jesuíno Marcondes, a partir da rua José Rigoni. Do Vereador João Alberto Ferreira da Costa, indicação nº 39/2018, indicando ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que veja da possibilidade de efetivar a doação de lotes situados na Rua Barão do Rio Branco, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4506, de 10/10/2017. Da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, pareceres favoráveis aos projetos de lei nºs 5043 a 5046. Da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, pareceres favoráveis aos projetos de lei nºs 5044 a 5046. Esgotada a matéria do expediente, procedeu-se a verificação da presença, registrando-se o comparecimento de todos os Srs. Vereadores titulares. Inscrito para fazer uso da palavra, o Vereador João Alberto Ferreira da Costa, com o assunto “RPPS – Fiscalizar o Executivo”. Saudou o Sr. Presidente, demais Vereadores e população presente. Disse que no Parlamento ocorre o convívio dos contrários e que as discussões devem ser feitas de acordo com o Regimento Interno. Relatou que na semana anterior houve palestra da Escola do Legislativo que tratou do cálculo atuarial do RPPS, e que discordava de algumas informações apresentadas. Disse que se os créditos que o RPPS tem a receber fossem aplicados, totalizando R\$ 30 milhões, os rendimentos seriam suficiente para cobrir o déficit do fundo e gerar superávit, que lei municipal do ano de 2006 transformou o cargo de presidente da autarquia em cargo de confiança, e desde então o RPPS é presidido pela mesma pessoa, que a autarquia perdeu cerca de R\$ 20 milhões devido a prescrição de direito de cobrança, e que lhe parece que é dada pouca atenção a este importante assunto. Afirmou que não faz parte da oposição ou situação e atua de forma independente. Falou que os Vereadores tem a atribuição de fiscalizar o Executivo, mas não devem avançar sobre as prerrogativas daquele Poder, e que as vezes ocorrem desentendimentos sobre assuntos que não dizem respeito a Câmara. Relatou que foi discutido e aprovado requerimento pedindo informações sobre infração de trânsito cometida pelo Prefeito Municipal, e que comentários indicavam a existência de outras, envolvendo também Administrações anteriores. Solicitou a Mesa Diretora que encaminhasse requerimento ao Poder Executivo requisitando



# *Câmara Municipal de Palmeira*

ESTADO DO PARANÁ

---

documentos referentes a infrações de trânsito cometidas desde o dia 1º de janeiro de 2005 até 01º de julho de 2018, bem como o local da infração e o responsável pelo pagamento das mesmas. Agradeceu a atenção de todos. Passou-se então à ordem do dia. Em discussão única, em bloco, os requerimentos protocolados sob n<sup>os</sup> 458 e 480/2018. O Vereador Marcos Ribas disse que o requerimento protocolado sob n<sup>o</sup> 458/2018 solicitava esclarecimentos da Prefeitura a respeito da empresa Reciclados Grandes Lagos, em razão de reclamações recebidas e tendo em vista que o Município fez investimentos para sua instalação na cidade e que outros empresários têm interesse em expandir suas atividades e poderiam utilizar as áreas concedidas a referida empresa. Em votação, foram aprovados por unanimidade. Em discussão única, foi aprovada por unanimidade a indicação n<sup>o</sup> 36/2018. Em discussão única, a moção protocolada sob n<sup>o</sup> 475/2018. O Vereador Denis Sanson disse que a proposição se tratava de moção de repúdio à Administração Municipal, pela construção de monumento em forma de mão, e que a apresentou porque a maioria da população é contrária a este empreendimento. O Vereador Marcos Ribas concordou com a indicação apresentada pelo Vereador Domingos Everaldo Kuhn e lida no expediente, e disse que o projeto deveria ter a participação da população. Esclareceu que votaria contrário a moção, mas que se a Administração não considerasse a sugestão do Vereador Domingos Everaldo Kuhn, votaria pela sua aprovação. O Vereador Domingos Everaldo Kuhn informou que votaria contrário a moção por desconhecer o projeto do monumento, mas que se o Prefeito Municipal não acatasse a sua indicação para realização de uma enquete sobre o assunto com a população, para escolha democrática da obra a ser construída, acompanharia o Vereador Denis Sanson. O Vereador Rogério Czelusniak disse que votaria pela aprovação da moção, e que os recursos gastos com o monumento deveriam ser investidos em medicamentos e melhorias de estradas. O Vereador João Alberto Ferreira da Costa disse que a aprovação ou reprovação da moção não afastaria o poder de decisão do Executivo sobre o assunto, e que para não se correr o risco de censurar algo até então inexistente e ainda em processo de discussão, sugeriu ao Sr. Presidente, de acordo com o art. 103 do Regimento Interno, que a votação da moção fosse adiada pelo período de 30 dias. O Sr. Presidente colocou em pauta o adiamento da votação pelo período de 30 dias, da moção protocolada sob n<sup>o</sup> 475/2018, o qual foi aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão o projeto de lei n<sup>o</sup> 5029. O Vereador Marcos Ribas disse que o Programa Porteira Adentro possibilita que o Poder Executivo realize serviços em propriedades particulares do interior para apoiar a atividade laboral dos produtores rurais, de acordo com o estabelecido pelo seu regulamento. Parabenizou os responsáveis pela execução do programa e falou que esperava que as atividades iniciassem logo e se intensificassem. O Vereador Domingos Everaldo Kuhn disse que os recursos para o início do projeto eram escassos, que os Vereadores deveriam fiscalizar o seu uso e que no próximo ano priorizaria a consecução de recursos para investimentos no interior do Município. O Vereador Denis Sanson pediu para que fosse encaminhado ofício à Secretaria Municipal de Agricultura solicitando que os Vereadores fossem informados quando houvesse a utilização dos recursos do Programa Porteira Adentro, para fins de fiscalização. O Vereador Arildo Santos Zaleski disse que o programa regularizava o processo para o proprietário e para o Executivo, evitando seu uso para fins políticos. O Vereador João Alberto Ferreira da Costa disse que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira, a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar, o Sindicato Rural Patronal e o Conselho do Desenvolvimento Rural, pela proximidade com o tema, também deveriam auxiliar na fiscalização do Programa. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão, o projeto de lei n<sup>o</sup> 5037. O Vereador Marcos Ribas sugeriu que o Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Relações Públicas, Sr. Waldir Santos Joanassi Filho, fosse convidado para reunião com o objetivo de esclarecer aos Vereadores quais os eventos e atividades programados para a celebração do bicentenário de Palmeira. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei n<sup>os</sup> 5038 a 5042. Em 1ª discussão, o projeto de lei n<sup>o</sup> 5043. O Vereador Marcos Ribas disse que o veículo de que trata o projeto era um bem de uso especial, sendo necessária a sua conversão em bem dominical para alienação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão, foi aprovado por unanimidade o projeto de lei n<sup>o</sup> 5044. Em 1ª discussão, o projeto de lei n<sup>o</sup> 5045. O Vereador Marcos Ribas explicou que o projeto tratava da criação de rubricas



# *Câmara Municipal de Palmeira*

ESTADO DO PARANÁ

---

orçamentárias e fontes específicas, necessárias para que o Município possa receber recursos de outros órgãos governamentais. Em votação foi aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão, o projeto de lei nº 5046. O Vereador Marcos Ribas agradeceu os Deputados Paulo Litro e Hussein Bakri pelo auxílio na disponibilização de recursos para o Município. Em discussão, foi aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente encaminhou para as Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, e de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, os projetos de lei nºs 5047 a 5049, para análise e pareceres. Inscrito para explicação pessoal, o Vereador Denis Sanson, com o assunto “Funcionários públicos municipais da área da saúde”. Disse que estavam presentes na sessão funcionários públicos da área da saúde que protocolaram documento na Câmara na semana anterior, por meio do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, informando sobre algumas situações encontradas em seus ambientes de trabalho. Pediu ao Sr. Presidente para que fosse enviado ofício a Secretaria Municipal de Saúde solicitando a realização de reunião para apresentação de esclarecimentos sobre o assunto. O Sr. Presidente pediu para que a assessoria da Casa tomasse as providências necessárias para atendimento do pedido do Vereador Denis Sanson. Inscrito para explicação pessoal, o Vereador João Alberto Ferreira da Costa com o assunto “Plano diretor”. Expressou sua satisfação com o grande número de pessoas que participaram da audiência pública realizada para discussão do Plano Diretor, em sua maioria munícipes da localidade de Vieiras, que reivindicaram a regularização do quadro urbano da localidade. Disse que no dia 23 (vinte e três) de junho, às 14 (quatorze) horas, aconteceria reunião em Vieiras, onde seriam continuados os debates acerca deste assunto. Inscrito para explicação pessoal, o Vereador Marcos Ribas, com o assunto “RPPS – Certidão de regularidade”. Disse que a situação atual do RPPS é regular, conforme certidões do Ministério da Previdência Social, e relatou que o Governo Municipal de 1998 cometeu irregularidades nos repasses ao fundo, que causaram grande parte dos problemas de endividamento que o Município tem hoje com o RPPS. Disse que respeitava as posições do Vereador João Alberto Ferreira da Costa sobre o assunto, que as decisões tomadas em relação ao RPPS tiveram a aprovação do Ministério da Previdência Social, e que a reorganização do fundo feita pela Administração nos últimos 12 anos permitiria que os funcionários públicos recebessem seus benefícios futuramente. O Sr. Presidente saudou os Srs. Vereadores de Ortigueira e o Diretor Jurídico da empresa Unindo, presentes na sessão. Disse que a cidade de Palmeira depende do setor agropecuário, sendo por isso importante o Programa Porteira Adentro, e que os Srs. Vereadores deveriam buscar junto aos seus Deputados maiores repasses de recursos para o desenvolvimento do interior. Informou que após a finalização da sessão o Sr. Ernani Bitencourt faria uso da palavra para discorrer sobre o tema “Monumento”. Nada mais havendo a ser tratado na sessão, lembrou os Srs. Vereadores que a próxima sessão ordinária seria realizada no dia 19 (dezenove) de junho, no horário regimental, constando da ordem do dia a discussão única das indicações nºs 37 a 39/2018 e a 2ª discussão dos projetos de lei nºs 5043 a 5046. Agradeceu a presença de todos, e em nome de Deus e pelo Povo declarou encerrada a sessão, e para tudo constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelo Sr. Presidente e 1º Secretário.